



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

Ativo

	2014	2013
	<hr/>	<hr/>
Circulante		
Caixa e equivalentes caixa (Nota 4)	37.730	29.234
Contas a receber de clientes (Nota 5)	21.008	13.252
Almoxarifado	516	203
Outros valores a receber (Nota 6)	5.060	3.105
Despesas antecipadas	721	694
	<hr/>	<hr/>
	65.035	46.488
 Não Circulante		
Depósitos judiciais	4.655	6.569
Imobilizado (Nota 7)	241.983	246.858
Intangível	102	135
	<hr/>	<hr/>
	246.740	253.562
 Total do ativo	 <u>311.775</u>	 <u>300.050</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	2014	2013
Circulante		
Acordo PMSP/INSS	-	1.500
Fornecedores	14.728	19.092
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	7.985	6.887
Obrigações tributárias (Nota 10)	5.475	5.530
Adiantamentos de clientes (Nota 11)	45.711	42.476
Outras exigibilidades (Nota 12)	9.322	6.051
	<u>83.221</u>	<u>81.536</u>
Não Circulante		
Acordo PMSP/INSS (Nota 9)	45.410	42.396
Obrigações tributárias (Nota 10)	64.412	61.644
Provisões para contingências (Nota 13)	4.094	3.647
Receita Diferida – ISS/IPTU (Nota 14)	26.179	27.513
	<u>140.095</u>	<u>135.200</u>
Patrimônio Líquido		
Capital social (Nota 15)	149.199	131.790
Adto. p/ futuro aum. Capital	1	17.409
Reserva de reavaliação	122.241	123.220
Prejuízos acumulados	(182.982)	(189.105)
	<u>88.459</u>	<u>83.314</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>311.775</u>	<u>300.050</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	2014	2013
	<hr/>	<hr/>
Receita Operacional (nota 17)	197.555	181.746
Deduções da receita operacional	<hr/> (1.969) <hr/>	<hr/> (629) <hr/>
Receita Operacional Líquida	195.586	181.117
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas (nota 18)	(182.078)	(184.311)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	<hr/> (3.342) <hr/>	<hr/> 4.047 <hr/>
	(185.420)	(180.264)
Resultado Operacional Antes Do Resultado Financeiro	10.166	853
Resultado Financeiro		
Receitas/Despesas financeiras, líquidas	<hr/> (5.022) <hr/>	<hr/> 602 <hr/>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.144	1.455
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)	<hr/> - <hr/>	<hr/> (1.043) <hr/>
Lucro líquido do Exercício	5.144	412
Lucro líquido por ação (Em reais)	0,99	0,09

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	2014	2013
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido do exercício	5.144	412
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.288	1.288
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(309)	(309)
	<hr/>	<hr/>
	979	979
Resultado abrangente do período, líquidos de imposto de renda e contribuição social	6.123	1.391
	<hr/>	<hr/>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	131.790	10.404	124.199	(190.496)	75.897
Adiantamentos para aumento de Capital	-	7.005	-	-	7.005
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	(309)	-
Lucro do Exercício	-	-	-	412	412
Saldos em 31 de dezembro de 2013	131.790	17.409	123.220	(189.105)	83.314
Ajustes de exercícios anteriores (nota 16)	-	-	-	929	929
Reversão de ajustes de exercícios anteriores (nota 16)	-	-	-	(929)	(929)
Aumento de Capital	17.409	(17.408)	-	-	1
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	(309)	-
Lucro do Exercício	-	-	-	5.144	5.144
Saldos em 31 de dezembro de 2014	149.199	1	122.241	(182.982)	88.459

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	2014	2013
	<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.144	412
Ajustes – itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	6.697	7.024
Juros e variações monetárias	2.812	4.330
Receita diferida realizada	(1.335)	(1.456)
Provisões para contingências	752	667
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	(6.008)	1.019
Almoxarifado	(313)	364
Despesas antecipadas	(28)	(606)
Outros ativos	(1.788)	1.168
Fornecedores	(4.365)	(703)
Obrigações tributárias	1.587	(4.088)
Obrigações trabalhistas	622	(1.304)
Adiantamentos de clientes	(142)	8.902
Outros passivos	6.649	(2.014)
Caixa aplicado nas operações	10.284	13.715
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição / baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.789)	(2.298)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.789)	(2.298)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de adiantamento de Capital	(17.408)	
Adiantamento para aumento de Capital	17.409	7.005
Caixa proveniente das atividades de financiamento	1	7.005
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.496	18.422
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.234	10.812
Caixa e equivalentes de caixa em no final do exercício	37.730	29.234
	8.496	18.422

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	2014	2013
1 Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	216.919	200.774
Outras Receitas	3.355	4.047
Receitas Canceladas	(227)	(629)
Reversão (constituição) de provisão p/devedores duvidosos	2.006	2
Não operacionais	-	-
	222.053	204.194
2 Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(110.282)	(107.316)
	111.771	96.878
3 Valor Adicionado Bruto (1 - 2)		
	111.771	96.878
4 Retenções		
Depreciação e amortização	(6.697)	(7.024)
	105.074	89.854
5 Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa (3 - 4)		
	105.074	89.854
6 Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	5.153	7.457
	110.227	97.311
7 Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)		
	110.227	97.311
8 Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 Remuneração do trabalho	66.296	62.211
8.2 Remuneração de Governos		
8.2.1 Federal	23.875	22.899
8.2.2 Municipal	13.241	10.658
	103.412	95.767
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 Juros e aluguéis	1.671	1.130
8.3.2 Lucros retidos do exercício	5.144	412
	6.815	1.542
Valor Adicionado Distribuído	110.227	97.311

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis: CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 (R1) – Intangível; CPC 12 – Ajuste a Valor Presente; CPC 16 (R1) – Estoques; CPC 24 – Evento Subseqüente; CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 30 (R1) – Receitas; CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76, foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R2).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais práticas contábeis

- a) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2014 e 2013 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- b) Clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A Cia constituiu perdas prováveis sobre o valor dos créditos que possuem liquidação duvidosa;
- c) Almoxxarifado - Os itens mantidos no almoxxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- d) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 7, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1).

- e) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);
- f) Redução ao valor recuperável – A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o ano de 2014 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1(R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1).
- g) Adiantamentos de clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta refere-se ao montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- h) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- i) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- j) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).
- k) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07 a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	2014	2013
Caixa	32	45
Bancos	3.839	7.293
Aplicações financeiras	33.859	21.896
	<u>37.730</u>	<u>29.234</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto a instituição financeira de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes

	2014	2013
Clientes no País	6.800	8.109
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	17.880	10.822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.672)	(5.679)
	<u>21.008</u>	<u>13.252</u>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2014	2013
A vencer	16.476	10.644
Vencidos até 30 dias	1.034	396
Vencidos de 31 a 60 dias	24	904
Vencidos de 61 a 90 dias	413	121
Vencidos de 91 a 120 dias	478	542
Vencidos acima de 120 dias	6.256	6.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.673)	(5.679)
	<u>21.008</u>	<u>13.252</u>

6. Outros valores a receber

	2014	2013
COFINS a compensar	756	749
PIS/PASEP a compensar	198	161
IRPJ a compensar	1.065	-
CSLL a compensar	144	19
IRRF a compensar	2.308	1.746
INSS a compensar	18	8
Adiantamentos a funcionários	500	342
Outros créditos	1.984	1.993
Prov. devedores duvidosos	(1.913)	(1.913)
	5.060	3.105

Os créditos de COFINS e PIS referem-se a pagamento indevido da COFINS e do PIS sobre receita de cessão de áreas contabilizadas em duplicidade em 12/2011, especificamente os contratos de nº 252/07, 275/07, 270/07, 279/07 e 312/07. Este erro contábil foi objeto de ressalva no ITR de 31/03/2012 pelo fato de a retificação ter ocorrida no resultado daquele trimestre. A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, mediante o ofício SEP/GEA-5/247/2012 solicitou esclarecimentos quanto a ressalva, os quais prestamos no Comunicado ao Mercado transmitido ao site do referido órgão, em 24/08/2012. Na publicação das demonstrações contábeis referentes a 31/12/2012, as demonstrações contábeis de 31/12/2011 foram republicadas e contemplaram as retificações dos erros de forma retrospectiva, no devido período de competência.

O IRPJ a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2014.

7. Imobilizado

				Líquido	
	Taxas anuais De Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação acumulada	2014	2013
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	119.133	(24.432)	94.701	83.385
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.422)	2.866	3.042
Estacionamento	3,45%	10.918	(2.175)	8.743	4.130
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.009	(992)	2.017	2.141
Instalações	10%	20.142	(11.888)	8.254	7.611
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.149	(3.930)	2.219	2.401
Veículos	20%	1.332	(815)	517	88
Móveis e utensílios	10%	6.890	(5.975)	915	1.281



Outros ativos fixos	20% e 10%	1.689	(1.649)	40	43
Construções em andamento	-	588	-	588	21.613
		295.261	(53.278)	241.983	246.858

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	246.858	251.523
Adições		
Edifícios e Benfeitorias	-	29
Estacionamento	-	10
Instalações, máquinas e equipamentos	119	41
Veículos	564	-
Móveis e utensílios	25	26
Máquinas e equipamentos	519	4
Outros ativos	1	10
Construções em andamento	548	2.292
Total das adições	1.776	2.412
Baixas		
Estacionamento	-	(72)
Máquinas e equipamentos	-	(41)
Total das baixas	-	(113)
Depreciações	(6.651)	(6.964)
Saldos no fim do exercício	241.983	246.858

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico, CPC nº 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, bem como não identificou eventos ou mudanças de circunstâncias, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2014, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2014, o qual depende do estudo interno da viabilidade de inserção do serviço em processo de licitação. No entanto, testamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Ao contrário, em nossos testes verificamos que esses itens estão contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

8. Obrigações Trabalhistas

	2014	2013
Obrigações com pessoal	5	76
FGTS	436	-
INSS empresa	684	250
INSS retido	680	857
Provisão de férias	6.008	5.704
PIS/PASEP a recolher	172	-
	<u>7.985</u>	<u>6.887</u>

9. Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003 o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária da São Paulo Turismo S/A - SPTuris, sendo o total da dívida da PMSP e suas empresas pagos através da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento está ajustado em 240 meses, com a São Paulo Turismo S/A participando através de um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP. Os montantes pagos em 2014 e 2013 foram respectivamente R\$ 1.325 e R\$ 1.679. Desde a consolidação, foram pagas 139 parcelas. O saldo devedor, de R\$ 45.410 incorpora juros baseados na TJLP.

10. Obrigações tributárias

	2014	2013
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	294	8
Parcelamento IPTU/ISS	3.090	2.784
Receita Federal:		
. Cofins a pagar	791	555
. Impostos retidos	1.300	1.141
. IRPJ a recolher	-	792
. CSLL a recolher	-	250
	5.475	5.530
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	56.109	53.341
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	8.303	8.303
	64.412	61.644
Circulante e não circulante	69.887	67.174

Em 23/06/2006 a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações desde 1991 para o IPTU, e desde 1997 para o ISS foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Em 2014 e 2013 foram pagos R\$ 2.903 e R\$ 2.652 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 102 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2014 era de R\$ 58.783.

11. Adiantamentos de clientes

	2014	2013
Pavilhão de Exposições	39.612	34.410
Palácio das Convenções	3.915	5.045
Pólo Cultural	2.051	2.332
Auditório Elis Regina	64	201
Autódromo de Interlagos	69	309
Contratos de mídia	-	179
	45.711	42.476

12. Outras exigibilidades

	2014	2013
Carnaval a realizar	4.239	909
Obrigações com a PMSP	3.318	4.217
Recursos municipais e federais - fomento ao Turismo	430	-
Outras contas diversas	1.335	925
	9.322	6.051

13. Provisões para contingências

13.1. Em 2014, a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	2014	
	Cíveis	Trabalhistas
Saldo no início do exercício	2.099	1.548
Aumento nas provisões existentes	831	1.450
Valores baixados	(1.401)	(433)
Saldos no final do período	1.529	2.565

Não Circulante Tipo de Ação

2014	2013
------	------



Ações Trabalhistas	2.565	1.548
Ações Cíveis	1.529	2.099
Totais	4.094	3.647

13.2. Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	2014	2013
Ações Trabalhistas (*)	-	-
Ações Cíveis (**) (***)	44.897	42.824
Totais	44.897	42.824

(*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Cia, têm a informar que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter idéia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa em 2014.

(**) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança nº 000040272877 movido por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo. Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 33.139, foi avaliado como de possível perda.

(***) Em 27.11.13, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2014: R\$ 6.742.

14. Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

15. Capital social

	Quantidades em 31/12/2014			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2014	2013
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(67.924)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	132.048
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	131.790

A empresa contava com aproximadamente 3.550 acionistas em 31/12/2014. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado indicado no site www.bmfbovespa.com.br, na consulta ao link “Cotação Rápida” era de R\$ 19,50 para as ações ordinárias em 27/05/2013, R\$ 20,01 para as ações preferenciais “A” em 07/01/2014 e R\$ 35,01 para as ações preferenciais “B”, em 13/04/2012.

16. Ajustes de exercícios anteriores

Em 31/05/2014 foram realizados ajustes nas contas de IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação, atribuindo-se o montante de R\$ 929 a resultados de exercícios anteriores. Após uma revisão do procedimento, verificou-se que os ajustes caberiam tão somente a contas patrimoniais de controle dos referidos tributos, e não deveriam ser atribuídos a resultados de quaisquer períodos, pelo que os ajustes indevidos foram revertidos.

17. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999-RIR/99) determina que a Receita Líquida, representa o montante da Receita Bruta deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	2014	2013
	<hr/>	<hr/>
Receita Operacional Bruta	218.767	200.774
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(21.212)	(19.028)
	<hr/>	<hr/>
	197.555	181.746
Deduções da receita bruta	(1.969)	(629)
	<hr/>	<hr/>
Receita Operacional Líquida	195.586	181.117

18. Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	2014	2013
	<hr/>	<hr/>
Remunerações, encargos e benefícios	77.582	75.089
Prestadores de serviços	61.655	40.285
Ocupação e manutenção	38.153	35.475
Publicidade	6.847	16.473
Provisões	(7.112)	6.524
Outros	4.953	10.465
	<hr/>	<hr/>
	182.078	184.311

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa e sua missão para a Administração como Secretaria de Turismo. Quanto as despesas com de Publicidade, também incorpora os gastos com a divulgação da Cidade de São Paulo para o Turismo. As Provisões também incorporam gastos quando são realizados os eventos, embora as origens e aplicações dos recursos ocorram em outro período.

19. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 2.857 (R\$ 3.252 em 2013).

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

Conforme mencionado na nota 18, em 2013 ocorreram despesas com provisões não dedutíveis que foram adicionadas para fins de apuração destes impostos. Em 2014, face a reversão destas provisões não dedutíveis, as mesmas não deverão ser tributadas, de forma que foram excluídas para fins de apuração destes impostos, não gerando a despesa para 2014.

21. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2014	2013
Imobilizado: Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.750	101.500
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

22. Alterações provocadas pela MP nº 627, de 2013, convertida na Lei 12.973 em 13/05/2014.

Em 13 de maio de 2014 a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei 12.973 e as novas regras tributárias estabelecidas pela referida Lei serão obrigatórias a partir de 01/01/2015. Com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, a São Paulo Turismo S/A, de forma irrevogável e irretratável, de acordo com as disposições dos arts. 1º e 2º e 4º a 70 desta Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014.



23. Eventos subsequentes

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 17 de março de 2015, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis. Não houve acontecimento relevante.

24. Autorização de conclusão das Demonstrações Contábeis

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Domério Nassar de Oliveira, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 17 de março de 2015.